



Número: **0003805-57.2017.8.13.0347**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jacinto**

Última distribuição : **18/02/2021**

Valor da causa: **R\$ 7.327,41**

Processo referência: **00038055720178130347**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>ESTADO DE MINAS GERAIS (EXEQUENTE)</b>	
<b>EDIMILSON RENON (EXECUTADO(A))</b>	

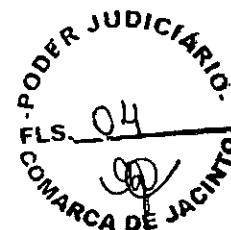
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2357711438	18/02/2021 13:15	<a href="#">02- 0003805-57.2017.8.13.0347 DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO</a>	Documento de Comprovação



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

Coordenadoria de Débito e Multa



Certidão de Débito nº 00407/2016

## CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3º, da Constituição Federal, 76, § 3º, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, publicada no "MG" de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em Sessão da PRIMEIRA CÂMARA, realizada em 02/12/2014, nos termos do Acórdão de fls. 180/183v, publicado no "DOC" de 06/11/2015, constante do **Processo nº 880407 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**, referente ao exercício de 2012, determinou a aplicação da **multa** prevista no art. 317 da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 12/2008, ao Sr(a). **EDIMILSON RENON**, CPF 418.498.337-53, PREFEITO, na época, residente e domiciliado na RUA CARLOS ALBERTE RENON, 250, CENTRO - SANTA MARIA DO SALTO, MG, CEP: 39.928-000, no valor de R\$5.000,00, que atualizados monetariamente, perfazem a quantia de **R\$5.254,53** (cinco mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) em razão da omissão do dever de prestar contas do convênio 287/08 celebrado entre a Secretaria de Estado de Transporte e obras Públicas e o Município de Santa Maria do Salto. Certificamos ainda que o valor citado foi corrigido pela Tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico em 08/07/2016, conforme Resolução 13/95 deste Tribunal, nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. Ao valor de R\$5.254,53 (cinco mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), será acrescido o valor de **R\$105,09** (cento e cinco reais e nove centavos), correspondentes a 2% de juros moratórios de 1% ao mês, incidentes a partir de 01/06/2016, perfazendo o valor de **R\$5.359,62** (cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. O(s) valor(es) constante(s) desta certidão deverá(ão) ser atualizado(s) monetariamente na data do(s) respectivo(s) recolhimento(s), acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução nº 12/2008(RITCMG). É o que consta do mencionado processo. Eu ANDREA LEAO PINTO, TC 1643-5, Analista de Controle Externo, extraí a presente certidão que assino aos 3 do mês de Agosto de 2016. E eu, ROSA MARIA CARVALHO PINHO TAVARES, TC 01614-1, Coordenadora de Débito e Multa a subscrevo.

Av. Raja Gabaglia, no. 1315, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte-MG, CEP: 30380-435  
Tel.: 0XX 31 3348-2575/Fax: 0XX31 3348-2231





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

**CERTIDÃO:** 00407/2016  
**PROCESSO:** 880407  
**EXERCÍCIO:** 2012  
**NATUREZA:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL  
**ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS  
**DECISÃO:** PRIMEIRA CÂMARA de 02/12/2014  
**PUBLICAÇÃO:** DOC de 06/11/2015  
**TRÂNSITO EM JULGADO:** 26/01/2016  
**VENC. ÚLTIMO BOLETO NÃO PAGO:** 30/05/2016  
**RESPONSÁVEL:** EDIMILSON RENON  
**CPF:** 418.498.337-53

## Multa

Multa aplicada em razão da omissão do dever de prestar contas do convênio 287/08 celebrado entre a Secretaria de Estado de Transporte e obras Públicas e o Município de Santa Maria do Salto.

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Valor Corrigido
01/2016	R\$ 5.000,00	1,0509069	R\$ 5.254,53
Valor total devido da(s) multa(s):			R\$ 5.254,53

Somatório do valor devido da(s) multa(s): R\$ 5.254,53

Obs.: Os valores foram corrigidos conforme a tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 08/07/2016.

Juros(%)	Juros(Valor)	Valor Total
2	R\$ 105,09	R\$ 5.359,62

Valor total devido da(s) multa(s) com juros: R\$ 5.359,62

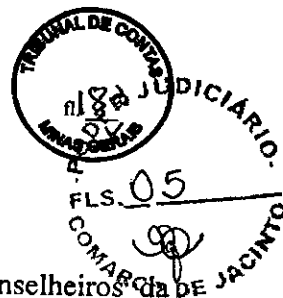
O Valor Corrigido da Multa foi acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de 01/06/2016, nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução n.º 12/2008 (RITCMG).

Técnico Responsável: ANDREA LEAO PINTO, TC-1643-5



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tomada de Contas Especial n. 880407



## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em julgar irregulares as contas atinentes ao Convênio n. 287/2008 e, por conseguinte, em aplicar multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao Sr. Edmilson Renon, em razão da omissão do dever legal de prestar contas, da inexecução total do objeto conveniado e da ausência da comprovação de reserva e aplicação da contrapartida municipal. Em fixar, ainda, a responsabilidade do Sr. Edmilson Renon, nos termos dos artigos 3º, V, e 51, da Lei Complementar n. 102/08, imputando-lhe a obrigação de ressarcimento ao erário estadual das quantias, devidamente atualizadas, de R\$79.931,85 (setenta e nove mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos), nos termos dos artigos 3º, V, e 51, da Lei Complementar n. 102/08. Intime-se o Município para que recolha ao erário estadual o saldo remanescente que permaneceu na conta bancária do convênio de R\$2.981,67 (dois mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos). Intime-se o responsável pelo DOC e por via postal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa. Promovidas as medidas regimentais cabíveis, arquivem-se os autos.

Plenário Governador Milton Campos, 02 de dezembro de 2014.



### CERTIDÃO

Certifico que o Diário Oficial de Contas de 06/11/15 publicou a Súmula do Acórdão supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas 06/11/15

Sando 18438

Coord. de Taquigrafia e Acórdão